

## **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: o perfil socioeconômico e suas contribuições à política assistencial dos alunos do Instituto Federal do Pará-campus Belém, no período de 2016 a 2018.**

*STUDENT ASSISTANCE: the socioeconomic profile and its contributions to the assistance policy of students of the federal institute of Pará-campus Belém in the period from 2016 to 2018.*

Mauro Celso de Jesus Andrade<sup>1</sup>  
Eliezer Mouta Tavares<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo analisar o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Pará no *campus* Belém. Pois, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sendo uma política social de permanência escolar, desde 2010, gerencia a formulação de políticas de ensino às instituições da rede federal tecnológica, frente aos desempenhos acadêmicos: trancamento de matrícula, abandono e evasão. A metodologia ocorreu por meio de levantamentos bibliográficos e também documental, junto aos formulários preenchidos pelos estudantes no ato da inscrição ao programa de bolsa de auxílio estudantil entre os anos de 2016 a 2018, no Instituto Federal do Pará; e através de entrevistas com a utilização de questionários aplicados aos gestores que trabalham diretamente com a gestão do auxílio, de forma a identificar as possíveis contribuições. A pesquisa caracteriza-se em abordagens exploratórias e descritivas, fundamentadas em informações de aspectos quantitativos e qualitativos. Os resultados mostraram que as vulnerabilidades sociais dos alunos atendidos, denotam-se por: ser de baixa renda per capita, terem como principal gerador de renda a mãe, serem de famílias com poucos registros no CadÚnico (cadastro único do Governo Federal), serem, na maioria, dos cursos técnicos e oriundos de bairros da Região Metropolitana de Belém. Os principais atendimentos de auxílio correspondem ao transporte, alimentação e apoio pedagógico. Desta forma, considera-se que a informação socioeconômica dos alunos e a compreensão dos gestores com relação à efetividade do programa são de grande relevância para à gestão do IFPA.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Assistência Estudantil. Programa Nacional de Assistência Estudantil. Vulnerabilidade Socioeconômica.

**ABSTRACT:** This study aims to analyze the socioeconomic profile of students served by the Student Assistance Program at the Federal Institute of Pará in the Belém campus. The National Student Assistance Program (PNAES), as a social policy for school retention since 2010, manages the formulation of teaching policies for institutions within the federal technological network, addressing academic performance issues such as enrollment withdrawal, dropout, and attrition. The methodology involved bibliographic and documentary research, using forms filled out by students during the application process for the student assistance grant program between 2016 and 2018 at the Federal

<sup>1</sup> Especialista em Estatística – Universidade Federal do Pará (UFPA). Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal do Pará (IFPA). e-mail: mauro.andrade@ifpa.edu.br.

<sup>2</sup> Bacharel em Administração – União das escolas Superiores do Pará – UNESPA. Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal do Pará (IFPA). e-mail: eliezer.tavares@ifpa.edu.br

Instituto de Pará, as well as interviews with managers directly involved in the management of the aid, in order to identify potential contributions. The research is characterized by exploratory and descriptive approaches, based on both quantitative and qualitative information. The results showed that the social vulnerabilities of the assisted students are characterized by low per capita income, the mother being the main source of income, few registrations in the Federal Government's Single Registry (CadÚnico), and the majority of students coming from technical courses and neighborhoods in the Metropolitan Region of Belém. The main forms of assistance provided are transportation, meals, and pedagogical support. Therefore, it is considered that the students' socioeconomic information and the managers' understanding of the program's effectiveness are of great relevance to the management of IFPA.

**Keywords:** Public Policies. Student Assistance. National Program of Student Assistance. Socioeconomic vulnerability.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar o perfil socioeconômico dos alunos que se inscreveram no Programa de Assistência Estudantil e suas possíveis contribuições para a gestão no *campus* Belém do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) nos anos seguintes. É importante ressaltar que este artigo é parte do resultado de uma pesquisa de monografia realizada no referido instituto. Os autores desta pesquisa buscaram investigar a dinâmica dos dados dos alunos que solicitaram bolsa de auxílio estudantil no período de 2016 a 2018.

Para participar do processo de solicitação do auxílio, o estudante deveria estar regularmente matriculado nos cursos presenciais oferecidos pelo *campus* Belém do IFPA, nas modalidades integrado, subsequentes ou ensino superior. Além disso, era necessário possuir uma renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio e estar em situação de vulnerabilidade social. As inscrições foram realizadas durante um período determinado, conforme especificado no edital, por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) do IFPA.

A seleção dos candidatos ocorreu em etapas distintas. Primeiramente, houve uma análise dos dados informados no questionário socioeconômico e da documentação apresentada durante a inscrição. Em seguida, foram realizadas entrevistas com a equipe multiprofissional para esclarecimentos adicionais, caso necessário. Quando apropriado, também foi realizada visita domiciliar. Os estudantes foram selecionados com base nos pré-requisitos estabelecidos, bem como na análise de suas condições socioeconômicas e de vulnerabilidade social, sendo ordenados até o limite da disponibilidade orçamentária.

A concessão do auxílio ocorreu após a análise da situação de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, garantindo assim o princípio da equidade de condições.

Em virtude disso, a pesquisa que resulta neste artigo inicia-se com uma breve contextualização histórica das políticas relacionadas à assistência estudantil, de forma a compreender como esse processo vem sendo construído ao longo do tempo no Brasil. Outra questão abordada neste trabalho refere-se à ponderação em torno da ótica do gestor que lida diretamente com os alunos e suas possíveis contribuições, tanto negativas, como positivas no que concerne à política institucional implantada. Nesse aspecto, foram também exploradas e analisadas as informações preenchidas pelos alunos no questionário no ato de suas candidaturas, de forma a se ter uma ideia das características desses solicitantes à bolsa de assistência.

Isto, posto que a política desenvolvida sobre assistência estudantil, da qual temos conhecimento, tem o propósito de oferecer os meios necessários para se conseguir transpor e vencer as dificuldades encontradas ao longo do processo de ensino-aprendizagem do estudante.

Em vista disso, entende-se que essa política procura abranger as mais diversas áreas que impactam o ensino, oferecendo, de maneira assistencial, recursos aos estudantes, sobretudo, no que concerne às questões de saúde, pedagógicas, de moradia, de alimentação, de transporte, de recursos financeiros etc.

Dessa maneira, procurou-se evidenciar a questão problema da seguinte forma: a implementação das características socioeconômicas do perfil dos alunos no processo de auxílio estudantil, pela gestão, efetivam as políticas sociais no Instituto Federal do Pará – *campus* Belém?

Nesses termos, é sabido que, para um melhor entendimento de tal questão assistencial, deve-se ter um conhecimento mais detalhado sobre o perfil de um dos principais atores envolvidos: o estudante. De tal maneira que é imprescindível melhorar as políticas desenvolvidas, atuando estrategicamente, de modo a possibilitar um acompanhamento e uma avaliação mais contínua dessa política.

Nessa linha de pensamento e mediante as limitações, não se pode negar que os acessos às ações assistenciais, como possibilidade estratégica para a realização de direitos sociais da população atendida, podem ser entendidos como um campo de ampliação de seu protagonismo como sujeito (YAZBEK, 2009). Todo esse mecanismo assistencial, que caracteriza a assistência estudantil como “compensatória de carências”, remete-nos a um binômio de inclusão/exclusão,

sobretudo, no que tange à importância de selecionar o grau de necessidade dos estudantes na maior parte dos serviços prestados (SPOSATI *et al.*, 1986).

Assim, os objetivos deste artigo foram delineados, sendo o objetivo geral: Analisar o perfil socioeconômico dos alunos participantes ao programa de bolsa de auxílio estudantil do *Campus* Belém, do Instituto Federal do Pará, entre os anos de 2016 a 2018, relacionando o processo decisório dos gestores com relação à aplicabilidade das suas políticas sociais; e objetivos específicos: 1. descrever os aspectos conceituais e legais das políticas sociais de assistência e apoio ao estudante, 2. caracterizar o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelo programa de assistência estudantil no período supramencionado e 3. identificar a avaliação da política de Assistência Estudantil pelos gestores no *campus* Belém.

Diante disso, a metodologia adotada neste estudo baseou-se em uma pesquisa exploratória-descritiva, caracterizada por uma abordagem quantitativa e qualitativa, que se concentrou nos dados produzidos na análise do estudo realizado no IFPA - *campus* Belém. Os procedimentos empregados incluíram levantamentos bibliográficos, análise de documentos e formulários preenchidos durante o processo de inscrição, bem como a realização de entrevistas com gestores envolvidos diretamente na administração do auxílio.

No que diz respeito a este último procedimento, o objetivo era identificar as possíveis contribuições dos gestores para o programa assistencial. Alguns autores entendem que a realização de um estudo de caso como estratégia de pesquisa consiste em compreender as complexas circunstâncias relacionadas, especialmente, aos fenômenos sociais. Esses fenômenos geralmente são eventos, processos ou ocorrências que surgem das interações e relações entre indivíduos em uma sociedade. Além disso, são caracterizados por manifestações coletivas de comportamento, crenças, atitudes, normas e valores compartilhados pelos membros de uma comunidade ou grupo social. Essa abordagem de pesquisa é comumente utilizada nas áreas de psicologia, ciência política, antropologia, sociologia, educação, entre outras (YIN, 2010).

Ressalta-se a escolha do estudo sob a perspectiva quantitativa e qualitativa, em relação aos dados coletados, pois, possibilita analisar as características da população, que solicita algum tipo de assistência estudantil, bem como a política assistencial desenvolvida no *campus* com mais precisão. Para tanto, realizou-se um levantamento a partir dos questionários preenchidos pelos alunos no ato da candidatura à bolsa de auxílio estudantil e outro para coletar as percepções dos gestores que trabalham, diretamente, com a assistência ao estudante e

implementam tal política. Foi utilizada uma planilha de cálculo como ferramenta para organizar, manipular e tabular os dados.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS, ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGALIDADE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A primeira ação efetiva, em solo brasileiro, destinada à assistência estudantil, da qual se tem notícia, ocorreu em 1929, com a criação da Casa do Estudante do Brasil na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Araújo (2007, p. 23), “[...] a Casa do Estudante do Brasil era uma entidade sem fins lucrativos, de cunho beneficente, que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes”.

A partir de 1931, com a promulgação do Decreto nº 19.851/31 (BRASIL, 1931, n.p.), que definiu as ações de regulamentação sobre as políticas de Assistência ao Estudante no Brasil, cujo documento, denominado como Estatuto das Universidades Brasileiras, tratou-se de uma forma de o Estado reconhecer a Assistência Estudantil como elemento de apoio aos discentes das instituições de ensino superior. Tal Decreto regulamentou, mais especificamente, as ações de assistência com concessões de bolsa de estudo e serviços de assistência médica e hospitalar aos estudantes. O art. 108 desse Decreto oferece uma visão do que esse documento estabeleceu:

Art. 108. Para efetivar medidas de providência e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Diretório Central dos Estudantes, afim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade.

**Parágrafo único.** A seção de previdência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Diretório Central dos Estudantes, o serviço de assistência médica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior. (BRASIL, 1931, n.p.).

Na esfera da constitucionalidade, a Assistência Estudantil foi incorporada, pela primeira vez, no texto da Constituição Federal (CF) de 1934, estabelecendo, no art. 157, que a educação é um direito de todos. Nesse sentido, definiu-se que a União, os Estados e o Distrito Federal deveriam formar fundos de educação, destinando parcelas destes para aplicação em “[...] auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (BRASIL, 1934, n.p.). Por sua vez, no art. 172, da Constituição de 1946, estabeleceu-se que cada sistema de ensino teria obrigatoriamente serviços de assistência educacional que deveriam “[...] assegurar aos alunos necessitados

condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946, n.p.), tomando-as obrigatórias e, assim, consolidando e ampliando as ações de Assistência Estudantil a todos.

Nesse âmbito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961, n.p.), no corpo de seu texto, faz referência à Assistência Social Escolar, definindo, especificamente, a Assistência Estudantil como um direito igual para todos os alunos nos arts. 90 e 91, como segue:

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade. (BRASIL, 1961, n.p.).

A Constituição Federal de 1967, nos art. 168 e 169, continuou a garantir a educação como um direito de todos, dando ênfase ao direito à igualdade de oportunidades educacionais. No art. 169, §2º, ficou estabelecido que “[...] a obrigatoriedade de cada sistema de ensino deve possuir os serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1967, n.p.).

Por intermédio do Decreto de nº 66.967 de 1970 (BRASIL, 1970, n.p.), criou-se a Diretoria de Assistência Estudantil, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Embora não tenha havido avanços, dado que o regime militar era contrário a esse tipo de assistência. Ainda na década de 1970, precisamente em 1971, a LDB especificou, em seu art. 62, §1º, as dimensões da assistência estudantil garantidas pela CF de 1967.

No ano seguinte, sob o regime militar, também foi instituída, em âmbito nacional, a “Bolsa Trabalho”, criada pelo Decreto nº 69.927 de 1972 (BRASIL, 1972, n.p.). Tal programa beneficiou os estudantes de todos os níveis de ensino a oportunidades do exercício profissional em órgãos, entidades públicas ou particulares, sendo que, prioritariamente, a concessão dessa bolsa tinha o objetivo de atender aos estudantes carentes e auxiliá-los no mercado de trabalho através de recursos financeiros.

De acordo com Silveira (2012), de 1972 até a década de 1980, foram realizadas poucas ações de assistência ao estudante. De tal modo que apenas em 1987 é que foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), cujo propósito era fortalecer as políticas de assistência estudantil das universidades federais.

Avançando alguns anos, a atual Constituição Federal, em vigor desde 1988, garante a igualdade de condições em relação ao acesso e à permanência na escola. Cenário no qual esta se efetiva por intermédio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Mediante o exposto, é válido evidenciar que o Estado deve garantir o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica. Para tanto, a atual LDB, Lei nº 9493, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996, n.p.) outorga e estabelece tais normativas como responsabilidade do Governo Federal e, em regime de colaboração com Estados e Municípios.

Ao percorrer a história da assistência estudantil no Brasil, podemos observar sua evolução e reconhecimento como um direito igual para todos os alunos. No entanto, é importante refletir sobre os avanços e desafios enfrentados nessa área assistencial, considerando a necessidade de garantir igualdade de oportunidades educacionais e eficiência escolar para todos os estudantes, de forma a promover uma educação inclusiva e de qualidade.

Segundo Souza (2006), as políticas públicas têm sido pauta importante na agenda governamental, na formulação e implantação das ações do governo, frente aos problemas econômicos e sociais. Assim, sua metodologia pressupõe um gerenciamento governamental de suas ações, da qual, diversas discussões sobre a gestão pública movimentaram esforços no início do século XX nas sociedades capitalistas, na geração de estudos e métodos capazes de gerenciar programas e projetos sociais.

A escolha da agenda do governo está pautada na elaboração de políticas públicas, como programas, planejamento e planos, que são ferramentas baseadas nas análises de seus decisores públicos (*policymakers*). Laswell (1936), Simon (1957) e Easton (1965), autores dos Estados Unidos, no qual contribuíram com definições de políticas públicas desde a década de 1930, abordando ações baseadas em conhecimento empírico dos atores e grupos de interesse, assim como o grau de racionalidade nas tomadas de decisão e a interação sistêmica entre informações e seus resultados no processo decisório.

De acordo com Saravia (2006), o comportamento das ciências administrativas do Estado e da administração pública demonstra um planejamento inferior em relação às organizações privadas. A partir dos anos 90, as transformações econômicas e tecnológicas estabelecem uma agenda fundamentada na operacionalização da política pública e em sua eficácia social, conforme exposto a seguir:

Algumas vozes proféticas alertavam para a necessidade de modificação rápida da dinâmica organizacional e das estruturas e dos métodos de ação pública. E, aos poucos, as circunstâncias foram mostrando a conveniência de analisar o funcionamento do Estado por meio de seus fluxos, da sua dinâmica, e modificar, assim, a perspectiva – até então privilegiada ou única – de exame de normas e estruturas. A análise estrutural, anatômica, do Estado e da administração continua válida, mas, aos poucos, vai-se incorporando uma visão da dinâmica, da fisiologia, do funcionamento estatal. (SARAVIA, 2006, p.26).

Nesse entendimento, para o autor, o conceito de políticas públicas, no movimento formal, considera estratégias de decisão do governo ante as ações sociais, visto que:

A finalidade última de tal dinâmica—consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAVIA, 2006, p.28).

Ao ponderarmos sobre a efetividade das políticas públicas e seu impacto real na transformação das vidas das pessoas, surge uma indagação: será que essas políticas realmente cumprem seu propósito e modificam positivamente a realidade? Ao considerar a importância da legitimidade das políticas públicas e a interação entre o Estado e a sociedade na proteção dos direitos sociais, o governo brasileiro tem buscado seguir uma agenda política e institucional que se fundamenta em ações, programas e projetos com o objetivo de direcionar e promover mudanças significativas na vida das pessoas. No entanto, é necessário refletir e aprofundar-se nesse tema para compreender a efetividade e o alcance dessas políticas em proporcionar melhorias efetivas e duradouras para a sociedade como um todo.

Diante do exposto, fica claro que é preciso analisar a interação entre o Estado e a sociedade e buscar compreender o alcance e a eficácia dessas políticas para promover mudanças significativas e duradouras.

A exemplo da Constituição Federal de 1988 que consagrou a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, *caput*) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I).

Corroborando com tal premissa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 (BRASIL, 1996, n.p.) ampara a assistência estudantil em alguns dispositivos, entre os quais o art. 3º, §2º e 3º, inciso XI, em que se destaca:



Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: Igualdade de condições para acesso e permanência na escola. A LBD determina ainda que “a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (Lei n. 9.394, de 29/12/96, art. 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI).

Sob tal premissa, anos mais tarde, o ano de 2010 marcou o início de um programa social voltado para a permanência dos estudantes em vulnerabilidade social matriculados nos cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES), via Ministério da Educação, com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por intermédio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010, n.p.). Todas essas normativas foram fortalecidas e agregadas em um só documento, conforme segue:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Nesse mesmo sentido, no tocante à vulnerabilidade social dos estudantes, o Decreto, em seu art. 3º, assevera: “O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.” (BRASIL, 2010, n.p.). Quanto à proposição socioeconômica do referido Decreto, em seu art. 4º, estabelece a relação entre ações assistenciais e oportunidades de permanência escolar, conforme definido no:

**Parágrafo único.** As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Com base em tais premissas, estudos sobre o PNAES têm sido realizado nos IF, voltando-se, sobretudo, para a análise dos impactos na evasão escolar e inclusão social, como o de Abreu (2017). Nesse aspecto, nota-se que as ações de Assistência Estudantil mostram-se como grandes aliadas para minimizar e transpor as dificuldades encontradas pelos estudantes

em situação de vulnerabilidade socioeconômica e auxiliar na diminuição da repetência e evasão no ensino.

Em contrapartida, fator preponderante e notável é que, mesmo com apoio financeiro, garantias e acesso a auxílios, meios para redução das desigualdades e tantas outras expectativas e visões apontadas no PNAES, Zanin (2019) ressalta os limites da assistência estudantil, uma vez que, apesar de ser concebida como um dos principais apoios para a permanência escolar, não impede que haja evasão no percurso acadêmico.

Em vista disso, Azevedo (2004) relembra que tais políticas são produzidas num contexto de relações de poder e das assimetrias de relações sociais, como no casos de exclusão e desigualdades, influenciando, diretamente, nas formulações das propostas, tomadas de decisões e sua implementação em termos de políticas públicas.

Vimos à importância das políticas de assistência estudantil, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), na promoção da igualdade de acesso e permanência na educação. No entanto, é necessário reconhecer que essas políticas têm limitações e não são a solução definitiva para prevenir a evasão escolar. É fundamental abordar as desigualdades sociais subjacentes e adotar abordagens mais abrangentes que garantam oportunidades iguais e melhorem o desempenho acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

### **3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DO IFPA – *CAMPUS* BELÉM**

Como elemento constitutivo de sua atuação, o Instituto Federal do Pará, como entidade estudantil, embasa sua missão e visão no propósito de formar profissionais com qualidade e com valores humanos éticos, conforme consta no Projeto Político Pedagógico:

- I. privilegiar valores humanos, éticos e morais em suas relações pessoais e profissionais;
- II. aplicar as bases científicas e tecnológicas necessárias ao desempenho de suas atividades profissionais de modo adequado e atual;
- III. promover autonomia intelectual.

Sob tal aspecto, o IFPA se compromete com a formação omnilateral dos educandos com vistas à sua atuação não somente no mundo do trabalho, mas como agente político de transformação social, e que para isto é indispensável à promoção de uma cultura de inclusão

social, de cidadania, de paz, de respeito à diversidade, de produção e de socialização de conhecimentos, com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, ecoando os princípios norteadores do IF, a política de assistência estudantil, na rede federal de educação profissional, foi determinada a partir do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010, n.p.), o qual assevera que essa assistência deve abranger não somente os estudantes matriculados no ensino superior como também os alunos do ensino técnico. Isto, dado que, reforça Neves (2016) trata-se de um conjunto de princípios e diretrizes que orienta a elaboração e a implementação de ações visando ao êxito dos discentes, além de garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFPA, com vista à inclusão social, à formação plena, à produção do conhecimento e à melhoria do desempenho acadêmico, conforme II Fórum de assistência Estudantil do IFPA.

Então, de forma a atender às políticas de assistência estudantil, definidas pelo PNAES, o Instituto Federal do Pará regulamentou, em 2016, a Resolução nº 147 (BRASIL, 2016, n.p.) para atuar em áreas como: alimentação; transporte; moradia estudantil; e apoio didático pedagógico ao estudante, propiciando, portanto, os princípios definidos pelo Decreto de 2010. Válido ressaltar que essa Resolução está em vigor e revoga todas as anteriores.

Temos que Política de Assistência ao Estudante abordada pelo IFPA denota um conjunto de princípios e diretrizes que orienta a elaboração e a implementação de ações visando ao êxito dos discentes e que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFPA, com vistas à inclusão social, à formação plena, à produção do conhecimento e à melhoria do desempenho acadêmico.

Para alguns autores, a implementação de uma política, frequentemente, constitui-se em um campo de incertezas, devendo se concretizar por meio das suas relações entre formuladores e implementadores que ocupam diferentes funções administrativas. Ainda que esses implementadores sigam as orientações originais dos programas e, enquanto agentes públicos, suas ações estejam circunscritas a determinado campo regulatório, isso não garante obediência irrestrita ao desenho original.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No transcurso deste estudo, a fonte de dados teve como base o quantitativo de inscritos para bolsa de auxílio estudantil, cujos dados são expostos na Tabela 1, em que consta a

classificação dos discentes por gênero no período de 2016 a 2018. Houve uma queda na procura por bolsa em 2017 na ordem de 22% e no ano seguinte o número de inscrições caiu ainda mais.

Tabela 1: Quantitativo de inscritos que solicitaram bolsa por gênero

Ano	Feminino	Masculino	Total	Varição anual
2016	670	698	1368	-
2017	502	563	1065	-22%
2018	239	272	511	-52%
<b>Total</b>	<b>1.411</b>	<b>1.533</b>	<b>2.944</b>	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Na Tabela 2 o resultado evidencia uma queda no recurso orçamentário para esse tipo de ação, cujo impacto, nos anos de 2017 e 2018, chegam a um patamar de redução de 61% em relação a 2016.

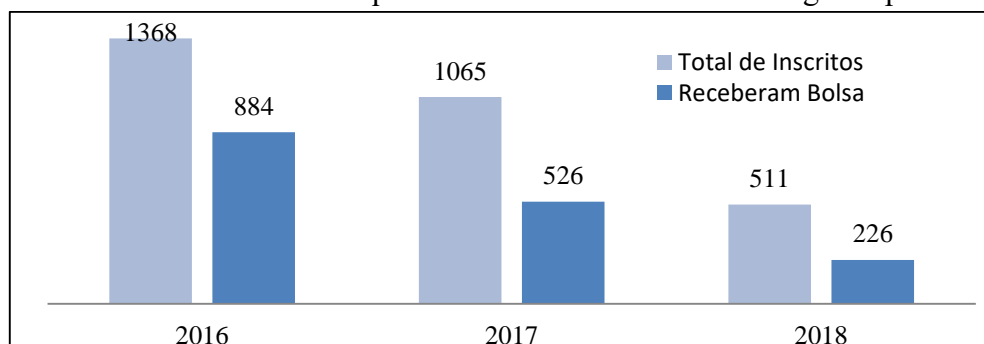
Tabela 2: Distribuição do orçamento por ano e respectiva variação anual

Ano/Situação	Orçamento (R\$)	Varição Anual
2016	R\$ 790.000,00	-----
2017	R\$ 490.000,00	-37,97%
2018	R\$ 190.000,00	-61,22%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

No Gráfico 1 nota-se a relação entre o número de alunos que se inscrevem para bolsa e daqueles alunos que tiveram o benefício atendido nos três anos.

Gráfico 1- Número de alunos que se inscreveram e receberam algum tipo de bolsa

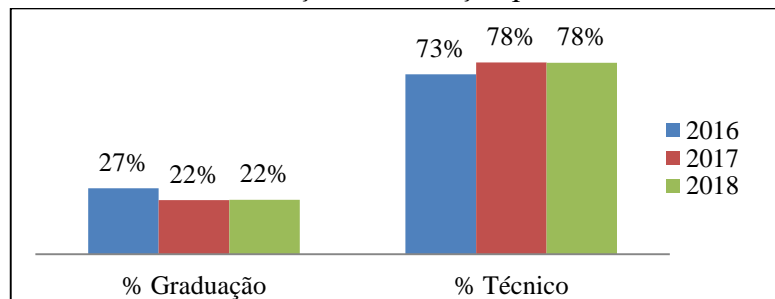


Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

No Gráfico 2 são reunidas as informações referentes à procura dos alunos por bolsa, em que se nota pouca mudança em termos proporcionais, mantendo certo equilíbrio entre os níveis

de estudo, além da diminuição da procura entre graduação e aumento entre os de nível técnico na mesma proporção de 5%.

Gráfico 2- Distribuição de inscrição por nível de ensino



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A Tabela 3 reúne os resultados de deferimento, indeferimento e eliminação, cujas principais causas de indeferimento estão relacionadas ao não atendimento das prioridades requeridas pelo edital. Quanto à eliminação, está relacionada a não entrega da documentação, exigida em edital, dentro do prazo estipulado.

Tabela 3: Distribuição total dos alunos por nível de escolaridade

Ano/Nível/Situação	Graduação	% Graduação	Técnico	% Técnico	Total	% Total
<b>2016</b>	<b>366</b>	<b>100%</b>	<b>1002</b>	<b>100%</b>	<b>1368</b>	<b>100%</b>
Deferido	251	69%	769	77%	1020	75%
Indeferido	10	3%	53	5%	63	5%
Eliminado	105	29%	180	18%	285	21%
<b>2017</b>	<b>234</b>	<b>100%</b>	<b>831</b>	<b>100%</b>	<b>1065</b>	<b>100%</b>
Deferido	165	71%	663	80%	828	78%
Indeferido	13	6%	24	3%	37	3%
Eliminado	56	24%	144	17%	200	19%
<b>2018</b>	<b>113</b>	<b>100%</b>	<b>398</b>	<b>100%</b>	<b>511</b>	<b>100%</b>
Deferido	71	63%	242	61%	313	61%
Indeferido	35	31%	136	34%	171	33%
Eliminado	7	6%	20	5%	27	5%
<b>Total</b>	<b>713</b>		<b>2231</b>		<b>2944</b>	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Na Tabela 4, em relação ao número de inscritos, os resultados evidenciam um destaque significativo para o nível de ensino técnico, principalmente na modalidade integrada. Por outro lado, no nível superior, há uma notável ênfase nas licenciaturas.

Tabela 4: Inscritos para bolsa distribuídos por nível e tipo de ensino/modalidade

Nível/tipo/ano	2016	2017	2018	Total
<b>Graduação</b>	<b>366</b>	<b>234</b>	<b>113</b>	<b>713</b>
Licenciatura	220	107	47	374
Tecnologia	96	75	41	212

Engenharia	50	52	25	127
<b>Técnico</b>	<b>1002</b>	<b>831</b>	<b>398</b>	<b>2231</b>
Integrado	651	514	124	1289
Subsequente	351	317	274	942
<b>Total</b>	<b>1368</b>	<b>1065</b>	<b>511</b>	<b>2944</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A Tabela 5 exibe a distribuição dos alunos inscritos no programa de acordo com o curso de graduação.

Tabela 5: Distribuição dos alunos inscritos para a bolsa de acordo com o curso de graduação

<b>Curso de Graduação/Ano</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Total</b>
Pedagogia	50	22	13	85
Letras - Língua Portuguesa	53	18	6	77
Engenharia de Controle e Automação	29	36	12	77
Geografia	44	18	7	69
Saneamento Ambiental	32	21	12	65
Licenciatura Plena em Química	40	19	5	64
Engenharia de Materiais	21	16	13	50
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	19	17	9	45
Sistemas de Telecomunicações	20	16	7	43
Matemática	26	10	3	39
Eletrotécnica Industrial	17	10	7	34
Gestão Pública	8	11	6	25
Ciências Biológicas	6	8	9	23
Física	1	12	4	17
<b>Total</b>	<b>366</b>	<b>234</b>	<b>113</b>	<b>713</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A tabela 6 exibe a distribuição dos alunos inscritos no programa de acordo com o curso do ensino técnico.

Tabela 6: Distribuição dos alunos inscritos para bolsa de acordo com o curso técnico

<b>Curso Técnico/Ano</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Total</b>
Edificações	98	76	42	216
Telecomunicações	75	81	47	203
Agrimensura	81	87	26	194
Eventos	91	64	34	189
Química	78	79	31	188
Estradas	72	73	31	176
Eletrotécnica	74	53	41	168
Eletrônica	73	58	32	163
Design de Interiores	71	38	25	134
Mineração	65	40	10	115
Informática	67	39	9	115
Mecânica	42	35	35	112
Agente comunitário de saúde	26	23	2	51
Metalurgia	27	18	4	49
Saneamento	16	24	1	41
Geodésia e Cartografia	19	19	2	40
Segurança do Trabalho	8	14	11	33

Curso Técnico/Ano	2016	2017	2018	Total
Aquicultura	18	2		20
Desenvolvimento de Sistema			10	10
Pesca		8		8
Agrimensura			5	5
Eletrotécnica	1			1
<b>Total</b>	<b>1002</b>	<b>831</b>	<b>398</b>	<b>2231</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Nas Tabelas 7 e 8, constata-se que, em termos de distribuição, o auxílio transporte e alimentação obtiveram maior destaque em 2016, correspondendo a 84,87%. Já nos anos de 2017 e 2018, o auxílio transporte e auxílio pedagógico alcançaram, respectivamente, 86,76% e 66,34%. Em relação à classificação por cor ou etnia, os alunos que autodeclararam-se como pardos, representando 70% do total.

Tabela 7: Distribuição dos alunos por tipo de auxílio e por cor/etnia

Tipo de Auxílio	2016	2017	2018	Total	Total (%)
Auxílio Transporte e Apoio Pedagógico		924	339	1263	43%
Auxílio Alimentação e Transporte	1161	-	-	1161	39%
Auxílio Transporte	183	119	128	430	15%
Apoio Pedagógico		22	44	66	2%
Auxílio Alimentação	24	-		24	1%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

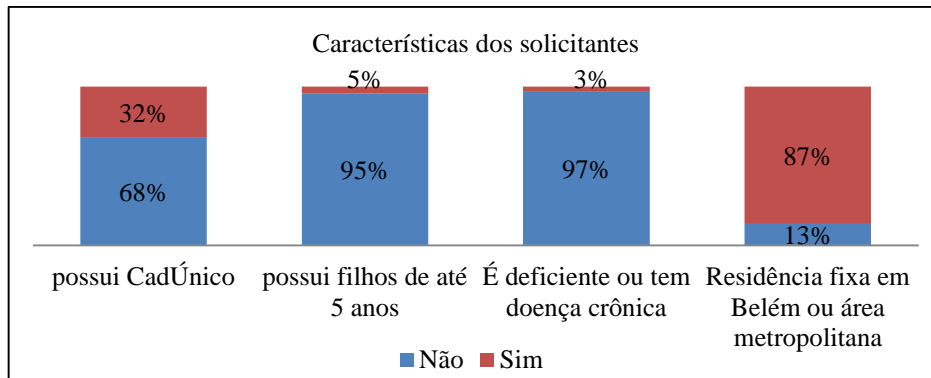
Tabela 8: Distribuição dos alunos por cor/etnia

Cor/Etnia	2016	2017	2018	Total	Total (%)
Parda	960	754	352	2066	70%
Preta	227	164	95	486	17%
Branca	167	118	56	341	12%
Amarela	10	25	5	40	1%
Indígena	4	4	3	11	0%
	<b>1368</b>	<b>1065</b>	<b>511</b>	<b>2944</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Entre os que solicitaram a bolsa, o Gráfico 3 aponta que 87% residem na área metropolitana de Belém, 32% possuem Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), 5% possuem filhos menores de 5 anos e 3% têm algum tipo de doença crônica ou deficiência.

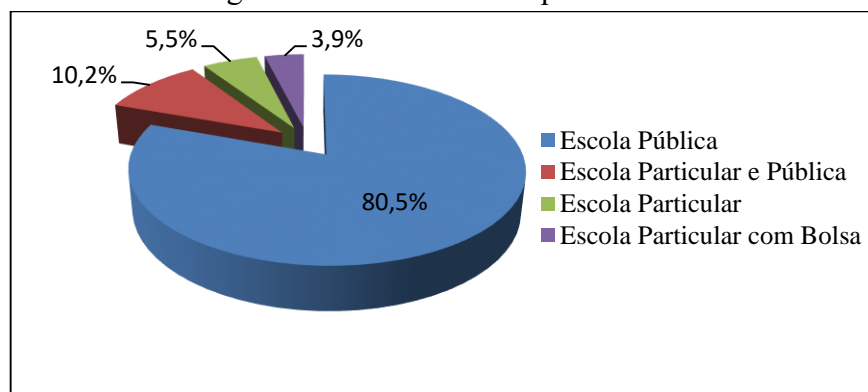
Gráfico 3- Características socioeconômicas



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Em relação à procedência educacional dos alunos que solicitaram o auxílio, o Gráfico 4 indica que 80,5% são provenientes de escolas da rede pública. Em seguida, observa-se que 10,2% tiveram experiência tanto em escolas particulares quanto em escolas públicas, enquanto 5,5% frequentaram exclusivamente escolas particulares. Por fim, 3,9% dos alunos estudaram em escolas particulares por meio de bolsas.

Gráfico 4- Origem escolar dos alunos que solicitaram o auxílio

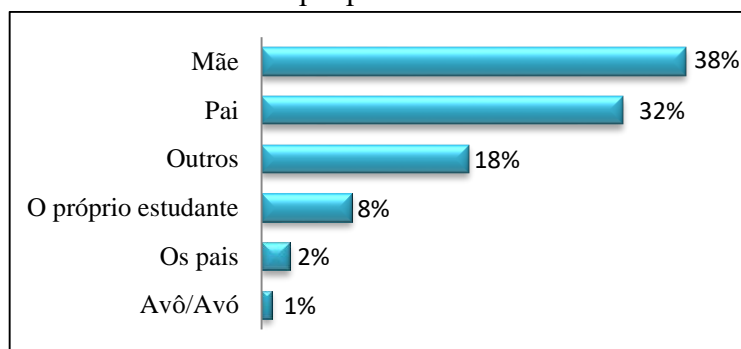


Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

De acordo com o Gráfico 5 é possível observar que a principal provedora da renda familiar é a mãe, correspondendo a 38% dos casos, seguida pelo pai com 32%. Em seguida, o próprio estudante contribui com 8%, enquanto em 2% dos casos são os pais que assumem essa responsabilidade. Já os avós representam 1%. Essa característica, que aponta as mulheres como as principais provedoras, está em consonância com os dados do IBGE.



Gráfico 5- Principal provedor de renda na casa



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A Tabela 9 disponibiliza informações sobre o número de pessoas que trabalham na residência. Os resultados indicam que 65% da renda é proveniente de apenas uma pessoa. Essa constatação, em consonância com o gráfico anterior, no qual a mãe desempenha esse papel, sugere mudanças no modelo familiar. Essas mudanças estão relacionadas a uma redução na taxa de fecundidade e um aumento no nível de escolaridade das mulheres, conforme dados da Pnad (2015).

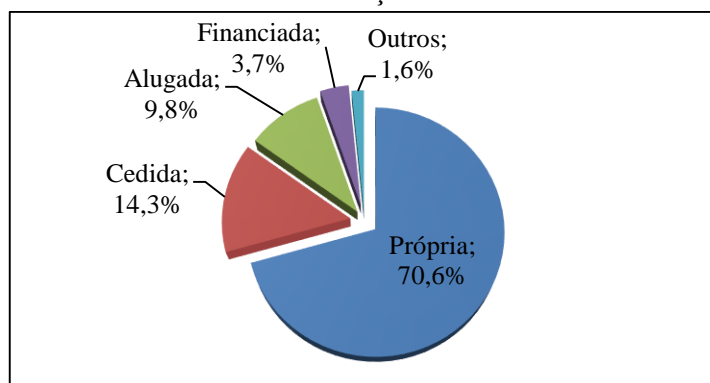
Tabela 9: Número de pessoas que trabalham na residência

Número de pessoas na residência que trabalham	Quantitativo	%
1 pessoa	1919	65,2%
2 ou mais	359	12,2%
Depende do apoio financeiro de programas sociais ou outras pessoas	218	7,4%
Estudante	118	4,0%
Não declarado	330	11,2%
<b>Total</b>	<b>2944</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Com base na situação de moradia dos estudantes, de acordo com o Gráfico 6, observa-se que 70,6% residem em moradias próprias. Em seguida, 14,3% vivem em residências cedidas, enquanto 9,8% alugam suas moradias. Há também 3,7% dos estudantes que residem em moradias financiadas, e 1,6% estão em outras situações de moradia.

Gráfico 6- Situação de moradia



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

No que se refere ao número de membros por família, de acordo com a Tabela 10, os resultados indicam que 33% das famílias têm 4 membros, seguido por 28% com 3 membros, 16% com 5 membros, 12% com 2 membros e 6% com 6 membros. O restante, com 7, 1 e 8 membros correspondem a 5% do total, estas configurações familiares reflete a capacidade de convivência e condição social das famílias.

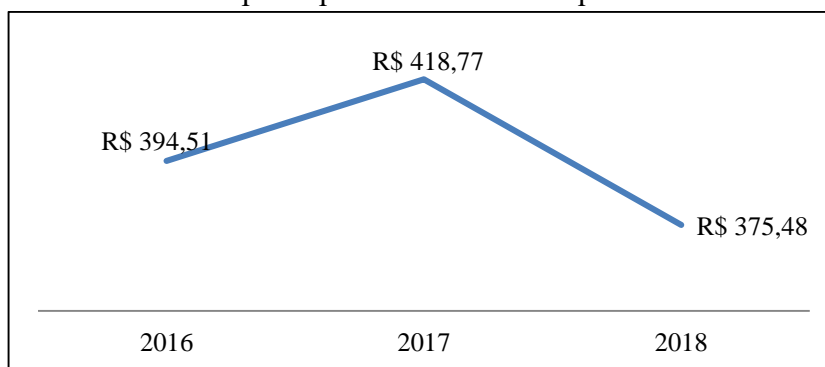
Tabela 10: Quantidade de membros por família dos participantes inscritos

Quantitativo de membros na família	2016	2017	2018	Total	%_Total
4	454	279	166	899	33%
3	370	241	149	760	28%
5	216	154	79	449	16%
2	158	96	61	315	12%
6	83	48	23	154	6%
7	32	20	15	67	2%
1	33	11	9	53	2%
8	10	9	5	24	1%
10	6	1	1	8	0%
9	4	1		5	0%
12			1	1	0%
<b>Total</b>	<b>1366</b>	<b>861</b>	<b>509</b>	<b>2736</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

No Gráfico 7 é possível observar a renda média per capita dos participantes ao longo dos anos. Em 2016, essa renda foi de R\$ 394,51, aumentando para R\$ 418,77 em 2017 e, posteriormente, diminuindo para R\$ 375,48 em 2018. Nota-se uma queda de R\$ 43,29 na renda per capita dos estudantes do ano 2017 para 2018.

Gráfico 7- Renda per capita dos estudantes que solicitaram bolsa



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

No que concerne à pesquisa realizada junto aos gestores em relação à implementação da Política de Assistência Estudantil, ao considerar o suporte de apoio técnico ao estudante, observe-se que o setor de atendimento do *Campus* Belém conta com uma diversidade de profissionais experientes, como pedagogos, assistentes sociais e psicólogos, que possuem em média mais de 18 anos de experiência profissional. A maioria desses profissionais trabalha nessa área há mais de 5 anos, o que contribui para a implementação e desenvolvimento das ações da política assistencial ao estudante.

Em relação à política de atendimento, os gestores convergem nas respostas, tendo como base os objetivos e sua divulgação. Essa política visa garantir o acesso, permanência e conclusão do curso dos estudantes, promovendo a inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar, democratização do ensino e qualidade de vida. Esses objetivos são alcançados por meio de programas e projetos, divulgados através de legislações como o PNAES/2010 - Decreto 7.234, inclusive do CONSUP/IFPA, além do Plano Anual de Assistência Estudantil do *campus*, reuniões e fóruns.

Em relação aos atores envolvidos para que a Política de Assistência Estudantil fosse implementada, percebe-se que os trabalhos foram desenvolvidos de forma bastante estratégica, ocorrendo a partir da Pró-Reitoria de Ensino e sendo disseminada, posteriormente, pela Direção Geral do *campus*, Departamento Pedagógico, Comissão Multidisciplinar de Assistência Estudantil do *campus*, equipe técnica com profissionais de diversas áreas, como: assistentes sociais; psicólogos; pedagogos; e enfermeiros até chegar aos setores que atendem a essa demanda.

No que se refere à capacitação dos gestores, a maioria afirma não ter recebido nenhum tipo de capacitação específica para implementar a política. As atividades ficaram atreladas às

orientações fornecidas nos encontros das equipes, realizadas pela Pró-Reitoria de Ensino uma vez por ano. No entanto, reconhecem que a qualificação dos técnicos seria essencial para uma melhor prestação de serviços aos estudantes, dando-lhes esperanças para um melhor planejamento das atividades e desempenho da equipe. Infelizmente, existem entraves, como a falta de um programa de qualificação específico para suprir essa demanda, o que dificulta a prestação de serviços de maneira geral.

As principais dificuldades encontradas pelos gestores durante a implementação da política incluem a falta de conhecimento e divulgação do referido decreto no *campus* Belém, falta de capacitação da equipe, necessidade de reflexões sobre a política para garantir sua eficácia e redução no orçamento. Apesar dessas dificuldades, alguns fatores facilitaram a implementação da política, como a boa relação entre a Coordenação Geral da Assistência Estudantil com os campi, a disponibilização de recursos específicos e a atenção dada pela Direção Geral. Houve uma mudança significativa com a implementação da política, como os Fóruns de atendimento estudantil, que deram força para realizar direcionamentos que culminaram na criação de um setor específico para o atendimento ao estudante, e com isso permitindo o acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica; contribuindo para reduzir as desigualdades sociais.

Para garantir a eficácia da política, percebe-se em suas repostas, que é fundamental realizar um acompanhamento e avaliação constantes. Dessa forma, os gestores adotam ações integradas, envolvendo a Comissão Multidisciplinar de Assistência Estudantil, a Pró-Reitoria de Ensino, a Coordenação de cursos, a DQVAS e os docentes. Essa abordagem permite um monitoramento adequado por meio de relatório específico do setor, auditorias e análise dos resultados acadêmicos, bem como a frequência mensal, bimestral e semestral dos estudantes beneficiários.

Nesse sentido, os resultados do monitoramento e avaliação são essenciais para aprimorar a política de atendimento estudantil, fornecendo informações importantes sobre o desempenho dos alunos, o impacto das ações implementadas e possíveis áreas que precisam ser aperfeiçoadas. Esses dados contribuem para a tomada de decisões e o desenvolvimento de estratégias que visam melhorar a qualidade dos serviços oferecidos aos alunos. Além disso, os gestores relatam que lidar com as demandas da assistência estudantil tem sido um desafio, pois os recursos ainda são escassos em relação às necessidades apresentadas. No entanto, as

experiências têm sido positivas e as dificuldades enfrentadas são superadas por meio das reuniões com a equipe da DQVAS.

Os gestores ressaltaram que a implementação da política de assistência estudantil trouxe mudanças, permitindo o acesso universal dos estudantes que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade econômica e social. Isso contribui para a promoção da igualdade de oportunidades no ambiente acadêmico. No entanto, para efetivar a política, todos os recursos são importantes e devem ocorrer de forma planejada. O financiamento tem sido limitado em relação às demandas existentes, comprometendo algumas ações. Recursos materiais, infraestrutura, equipamentos e recursos humanos são necessários para garantir o acesso dos estudantes e atender aos objetivos propostos. Apesar dos planejamentos anuais, a falta ou insuficiência desses elementos podem afetar a eficácia da política.

Em virtude disso, é evidente que são diversos os recursos materiais necessários, de infraestrutura, de equipamentos, e humanos, pois são fundamentais para garantir a efetividade dessa Política, de modo a ultrapassar a letra da lei e propiciar os princípios basilares do Projeto Político Pedagógico da IFPA – *campus* Belém, da Carta Magna e de todos os decretos e resoluções federais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o perfil socioeconômico dos alunos participantes do Programa de Bolsa de Auxílio Estudantil e o processo decisório dos gestores em relação à aplicabilidade das suas políticas sociais, percebe-se a relevância das informações, isso porque os dados exibem que os alunos enfrentam vulnerabilidade social, de modo que tal assunto precisa estar em debate no contexto acadêmico com ações afirmativas, tanto no ambiente escolar como no familiar.

Nesse aspecto, ao considerarmos as características socioeconômicas como elementos norteadores do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), na democratização de permanência dos jovens na escola, para um processo de melhoria na gestão do processo dos editais, destacam-se alguns pontos:

- a. Os sujeitos atendidos são, na maioria, dos cursos técnicos, ou seja, são jovens na faixa etária de 15-17 anos. De acordo com o PNE, é necessário manter um acompanhamento relacionado ao desempenho escolar e/ou à redução dos atrasos (abandono, trancamento, desistência, reprovações).

- b. Os alunos atendidos pelo programa apresentaram uma queda no rendimento familiar de R\$ 418,77, em 2017, para R\$ 375,48, em 2018, o que representa uma ameaça à permanência escolar em busca de emprego. Em comparação à média nacional, em 2017, a renda foi de R\$ 1.271,00 e com a média do estado paraense que é de R\$ 715,00, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, destaca um quadro mais preocupante.
- c. O sujeito gerador da renda pertence ao papel da mãe, sugerindo uma reflexão sobre o cenário econômico, o nível de desocupação (desemprego) do pai e qual a geração dessa renda (formal ou informal).
- d. No tratamento dos dados, a medição do nível socioeconômico se deparou com várias dificuldades: diferentes critérios a serem seguidos, visto que os algoritmos que servem para medir o nível socioeconômico evoluem e incorporam novos fatores determinantes para a condição de uma família, mesmo que sua situação tenha mudado. O que nos sugere outras ações permanentes (encontros, palestras e orientações) na agregação de um convívio das famílias no ambiente escolar.
- e. Anualmente, o edital da Assistência Estudantil é prorrogado. Conforme os responsáveis pela gestão do edital, as formas de comunicação para informar os editais devem ser mais abrangentes e mais eficazes. Existem relatos informais de não conhecimento dos editais, com isso prazos são prorrogados, contudo, em vista da data de abertura no sistema federal, acabam fragilizando os critérios.

Mediante o exposto, deve-se levar em conta que as informações do perfil socioeconômico dos alunos, delimitam a identificação dos problemas sociais dos alunos do campus. Em conformidade com Saravia (2006), deve-se organizar uma agenda formal para a implantação das regras e etapas dos processos sociais de assistência estudantil. A tarefa da gestão do *campus*, em se apropriar dessas informações, deve ser tratá-los como dados importantes na elaboração dos editais, o que, aparentemente, não ocorre. É relevante que seja possível analisar e mudar esses fatores de riscos, ainda que a validade dessas medições não detenha um caráter permanente, devido a todo o processo de mudança econômica/social.

Ademais, vale ressaltar que a equipe que implementa e executa as Políticas de Assistência Estudantil no IFAP – *campus* Belém possui uma vasta experiência profissional e pode contribuir, significativamente, para o desenvolvimento e melhorias desta dentro da instituição. Esses profissionais percebem que cada vez mais tem de existir uma comunicação

mais efetiva entre os gestores que atuam de forma estratégica, bem como os que atuam diretamente com os discentes.

Deve levar em consideração, ainda, que para os gestores é fator preponderante a existência um plano de capacitação dos técnicos, visando, justamente, à eficácia dessa política, de forma a auxiliar tanto no planejamento como na implementação dela.

## REFERÊNCIAS

ABREU, R. P. **As expressões da evasão dos estudantes atendidos pela Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná - Campus Londrina**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ARAÚJO, M. P. **Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1934. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1946. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1961)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1961. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc04-61.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc04-61.htm). Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1971)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm). Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 69.967, de 27 de julho de 1970**. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 14 nov. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 14 nov. 2022.

BRASIL. Instituto Federal do Pará. **Resolução nº 147/2016, de 8 de setembro de 2016**. Dispõe sobre a regulamentação da política de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA. Disponível em: <http://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/13-resolucoes-do-consup/resolucao-do-consup/2016-3/1469-resolucao-n-147-2016/file>. Acesso em 14 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 4 out. 2022.

FONAPRACE. **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil**. Criado em outubro de 1987.



FONAPRACE. **Plano de Ação para a Assistência Estudantil do Campus Belém do Instituto Federal do Pará.** 2016.

NEVES, E. S. Assistência Estudantil e a participação dos Estudantes. Fórum de Assistência Estudantil do IFPA, 2, Belém, 2016. **Anais...** Belém, 2016.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas.** Volume 1. Brasília, DF: ENAP, 2006.

SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior:** uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

SPOSATI, A. *et al.* **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1986.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANIN, A. J. D. P. C. **Abandono e permanência escolar na educação profissional e tecnológica:** olhares de trabalhadores da educação do Instituto Federal de Santa Catarina. 2019. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

Submetido em: 30/10/2022.

Aprovado em: 26/06/2023.